

ANÁLISE ESPACIAL DOS FLUXOS FINANCEIROS E AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA AMÉRICA LATINA [2009-2018]: CONTRIBUIÇÕES A GEOGRAFIA POLÍTICA

Maria Fernanda Gomes Arcanjo¹

Maria Clara Leadebal Celestino²

André Santos da Rocha³

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Bolsista PIBIC-2019-2020/ LAGEP Laboratório de Geografia Política e Econômica, Seropédica – RJ, Brasil (xmarifernanda@gmail.com)

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia / LAGEP – Laboratório de Geografia Econômica e Política, Seropédica - RJ, Brasil. (mclaral1@hotmail.com)

³ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia / LAGEP- Laboratório de Geografia Econômica e Política, Seropédica - RJ, Brasil. (asrgeo@gmail.com)

ABSTRACT

Political Geography is a study area that requires a lot of conjuncture analysis, but also needs data to support its logical development with a factual basis. Thus, the objective of this text is mapping these data to evaluate its contributions to the Political Geography spacial analysis. For this, the data of brazilian foreign direct investment and exportations to the others Latin America's countries – collected on The Observatory of Economic Complexity, Comexstat and Banco Central do Brasil – during the period between 2009 and 2018 will be compared and analyzed through the maps produced with the QGIS software. Therefore, with the visualization of the flows and values in the maps it is possible to make some conclusions about the brazilian external politics and economics in the previously mentioned context.

Keywords: Financial Flow Maps, Exportations, Political Geography, Spatial Data Analysis.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os estudos relativos ao campo da geografia com interseção as relações internacionais têm emergido no Brasil. As informações relativas as estratégicas geopolíticas, dinâmicas de cooperação; posições diplomáticas; localização de instituições e agentes políticos; fluxos de investimentos estrangeiros, dinâmicas de importações, entre outras, são elementos relevante para compreensão das dinâmicas e políticas do mundo contemporâneo. O Atlas da Política Externa Brasileira, elaborado pelo LAB mundo é um exemplo de material que traz conteúdos inerentes as temáticas com largo emprego de mapas.

Porém, essas informações, na maioria das vezes, são retratadas através de tabelas e gráficos, todavia quando incorporadas a sua representação espacial, feita a através de mapas, cartas, ou croquis, elas permitem uma leitura e interpretação diferenciada, por deixar mais evidentes a espacialidades dos fenômenos e assim permitir entender a geopolítica própria dos fenômenos e atores políticos. É por isso que Yves Lacoste

(2009) destaca o papel dos mapas nas interpretações geopolíticas, por ele permitir o entendimento das estratégias e ações de atores, e por fornecer elementos para interpretações simbólicas daqueles que querem transmitir essas informações (AGNEW, 2003, ROSIÈRE,2018; ROCHA, 2019).

Neste sentido, tendo como finalidade apresentar a relevância das espacialidades de informações que interligam o campo das relações internacionais e a geografia, presente trabalho tem como objetivo apresentar a espacialização de dados fluxos financeiros e as exportações brasileiras para América Latina, tendo como corte temporal os anos de 2009-2018. Apontamos como pressuposto que as ações relativas as essas informações têm relação direta como as estratégias de política externa e bem como com dinâmicas do mercado internacional. No que tange as estratégias brasileiras, assume-se aqui que a política externa tem relação direta com o tipo de governo (PINHEIRO, 2004).

Assim, as mudanças da orientação da política externa brasileira, que podem ser materializadas pelo fluxo de exportações, têm relação direta com as estratégias de aproximação dos governos brasileiros com outros países. Outrossim, o período retratado remete ao momento de transição política no Brasil, onde podemos pensar os últimos anos dos governos do PT (Lula e Dilma Rousseff 2009-2015) e o governo pós golpe jurídico-parlamentar (Michel Temer- 2016-2018). Também, podemos perceber que os fluxos de investimento externo brasileiro estão associados a outras dinâmicas que são independentes das lógicas de governo. Elas estão alinhadas às estratégias de circulação, e fluidez econômica do capitalismo globalizado (HARVEY, 2009; SANTOS, 2007)

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve sua metodologia dividida em três momentos: definição da área de estudo, aquisição e articulação de dados e processamento e desenvolvimento e resultados (Figura 1).

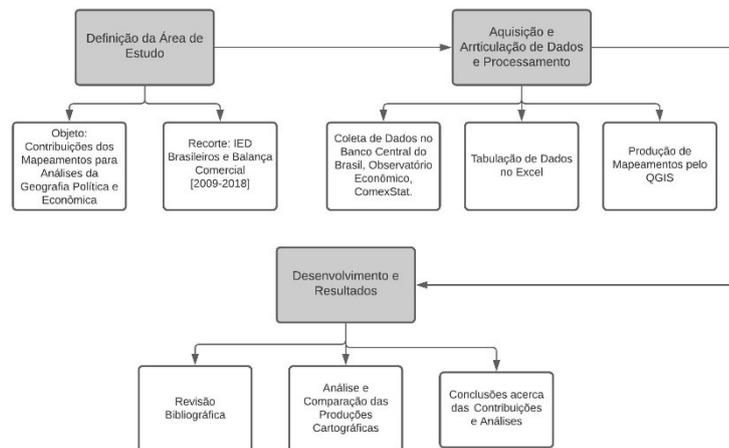


Figura 1. Fluxograma Metodológico

Em um primeiro momento, buscou-se definir o objeto que se refere às contribuições dos mapeamentos temáticos elaborados a partir dos dados obtidos para as análises da Geografia Política e Econômica. Para contemplar este, recortamos o trabalho para análises de Investimentos Estrangeiros Diretos e da Balança Comercial, em especial as Exportações, do Brasil em relação aos demais países da América Latina durante o período de 2009 a 2018.

Na fase de aquisição e articulação de dados, coletamos os referentes à Balança no ComexStat e Observatório Econômico, enquanto os de IED se referem a tabela de Investimentos Brasileiros Diretos e sua participação no capital por distribuição por país, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil. Com o devido tabelamento no Excel, foi possível processar esses dados produzindo mapeamentos no software QGIS.

Optou-se por quatro mapeamentos demonstrativos de nossa análise. Dois deles foram de fluxos, elaborados com o complemento Oursins e classificados em quebras claras, sendo referentes aos IED de 2009 e 2018. Outro relativo à série história de exportação brasileira para os demais países durante este período, sendo utilizado histogramas no mapeamento para evidenciar os valores.

A partir dessas produções cartográficas é possível alcançar o último momento da pesquisa. Assim, com embasamento em revisão bibliográfica, podemos analisar visualmente esses mapeamentos, e então realizar as conclusões acerca de suas contribuições, tendo em mente os dados e as questões político-econômicas envolvidas.

RESULTADOS

O redirecionamento do Brasil para a América Latina ocorre gradativamente, tendo o ápice de suas trocas durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff [2003-2016], porém, as relações entre estes vizinhos continentais jamais foram estabelecidas de forma identitária. Historicamente, a região latino-americana sofreu com a colonialidade europeia e, atualmente, com o imperialismo estadunidense.

A virada do século XXI representa um período transitório para a política externa brasileira, mesmo com a ascensão do neoliberalismo nos anos 90 e estabilização da economia brasileira em valores baixos, Fernando Henrique Cardoso [1995-2002] cria um legado intelectual de políticas sul-americanas, onde a delimitação do Brasil como um global player depende do fim de barreiras protecionistas. Logo, blocos como o Mercosul eram desenhados sob estas perspectivas, assim como políticas posteriores. Neste contexto, é a partir do governo Lula (2003) que países da América Latina passam a participar com maior ênfase na agenda externa, sob signo da cooperação Sul-Sul.

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Cooperação Sul-Sul está fundamentada no desenvolvimento mútuo, responsável e solidário com os países do Sul global que encontram as mesmas dificuldades técnicas e sociais para a absorção de conhecimentos; estando desassociada de interesses econômicos. Contudo, a cooperação internacional manifesta-se através de uma dupla faceta para a análise. Em primeiro lugar, a política social-desenvolvimentista que vem nos governos do PT equilibra valores da política doméstica ao meio externo, ou seja, o Brasil mostrava-se um agente de resolução de conflitos com seu ativismo regional, o porta-voz da América Latina. O outro ponto a ser considerado é o remanejamento da cooperação sul-sul técnica, para comercial, indo contra os princípios da ABC sobre cooperação técnica. Assim, ao ter o fluxo econômico como nunca antes visto, a projeção hegemônica brasileira cresce em direção à América Latina e Caribe. Para Visentini (2013) foram essenciais para a expansão dos negócios brasileiros, que ocorreram via [1] Mercosul no nível comercial, [2] IIRSA inclinada à infraestrutura funcional e [3] Unasul como um meio político. Para legitimar sua liderança, o Brasil torna o Mercosul sua fonte de reaproximação dos países sul-americanos, articulando expansão de empresas e ampliando o papel do BNDES nas ações financeiras concedendo linhas de crédito para os parceiros do Mercosul (IPEA, 2015).

De 2003 a 2008, o fluxo de exportações e importações brasileiras para a América Latina tem crescimento exponencial, acumulando um total de 163.4 bilhões de dólares; no mesmo período, as exportações para o Mercosul tem um acréscimo de 283%, mostrando que a integração para os países sul-americanos resultou em ganhos positivos. Entretanto, o livre mercado no comércio mundial não sucede ganhos absolutos para todos os envolvidos, na verdade, os efeitos da interdependência são custosos ao trazer complementaridade às economias globais (KEOHANE & NYE, 1997).

No que tange a espacialização destas influências e do crescimento econômico das exportações para América Latina, elaboramos mapas com histogramas que permitem perceber a diminuição destas relações. Que estão associados dois fatores diretos: [a] nível global - os resquícios da crise que atinge os Estados Unidos tem início no final de 2007, mas, começa a apontar resultados perceptíveis entre 2008 e 2009; e [b] nível nacional – as trocas de governo, iniciando o mandato de Dilma Rousseff e consequente golpe jurídico-parlamentar de 2016, que traz consigo uma mudança de orientação da política externa. Os mapas das Figuras 2 e 3 traduzem o que foi

mencionado ao expor que, sob o recorte temporal de 2009 a 2018, o Brasil manifesta queda de suas transações.

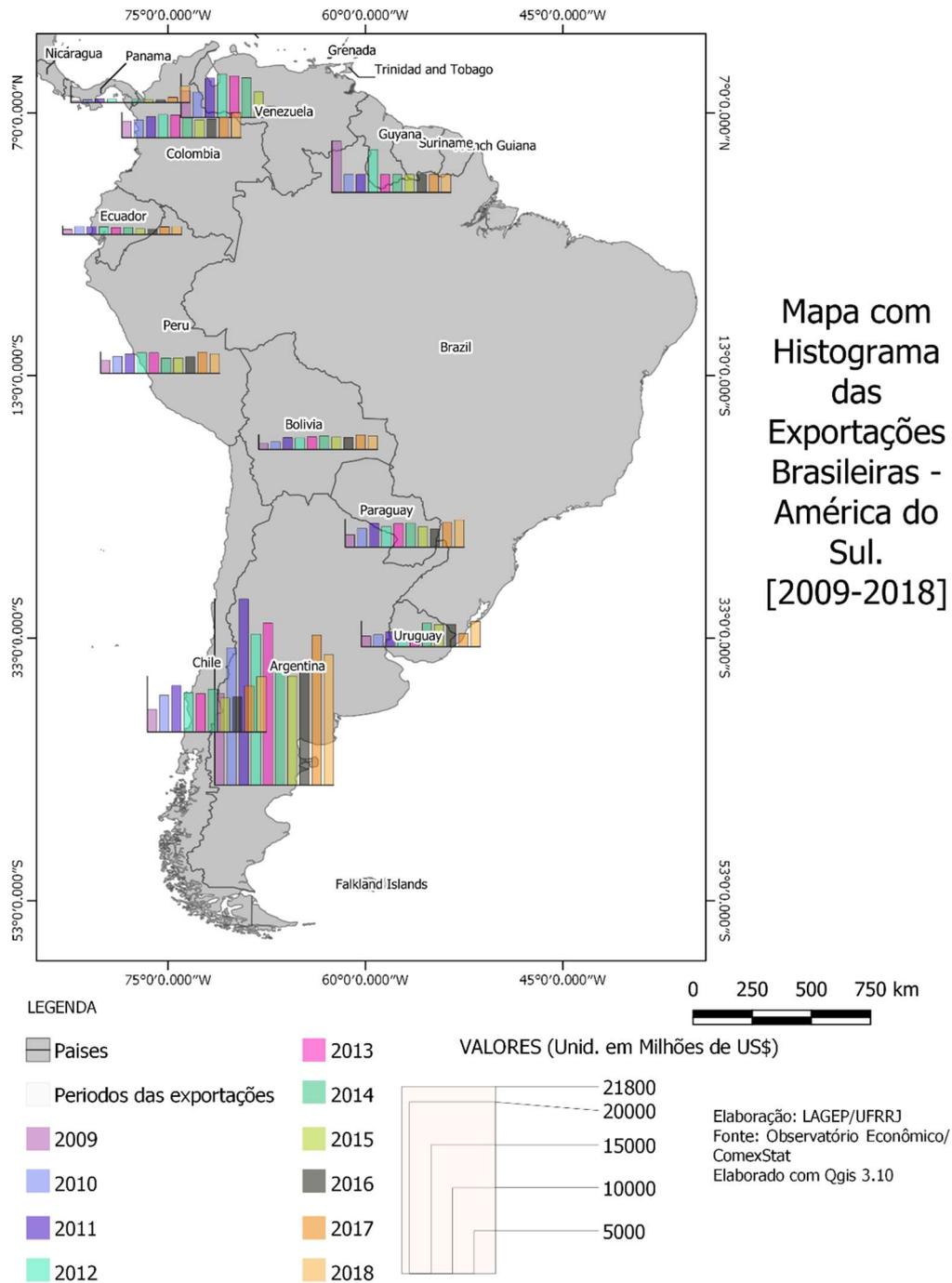


Figura 2. Mapeamento de Série Histórica das Exportações Brasileiras para a América do Sul.

Mapa com Histograma das Exportações Brasileiras - América Central e México.[2009-2018]

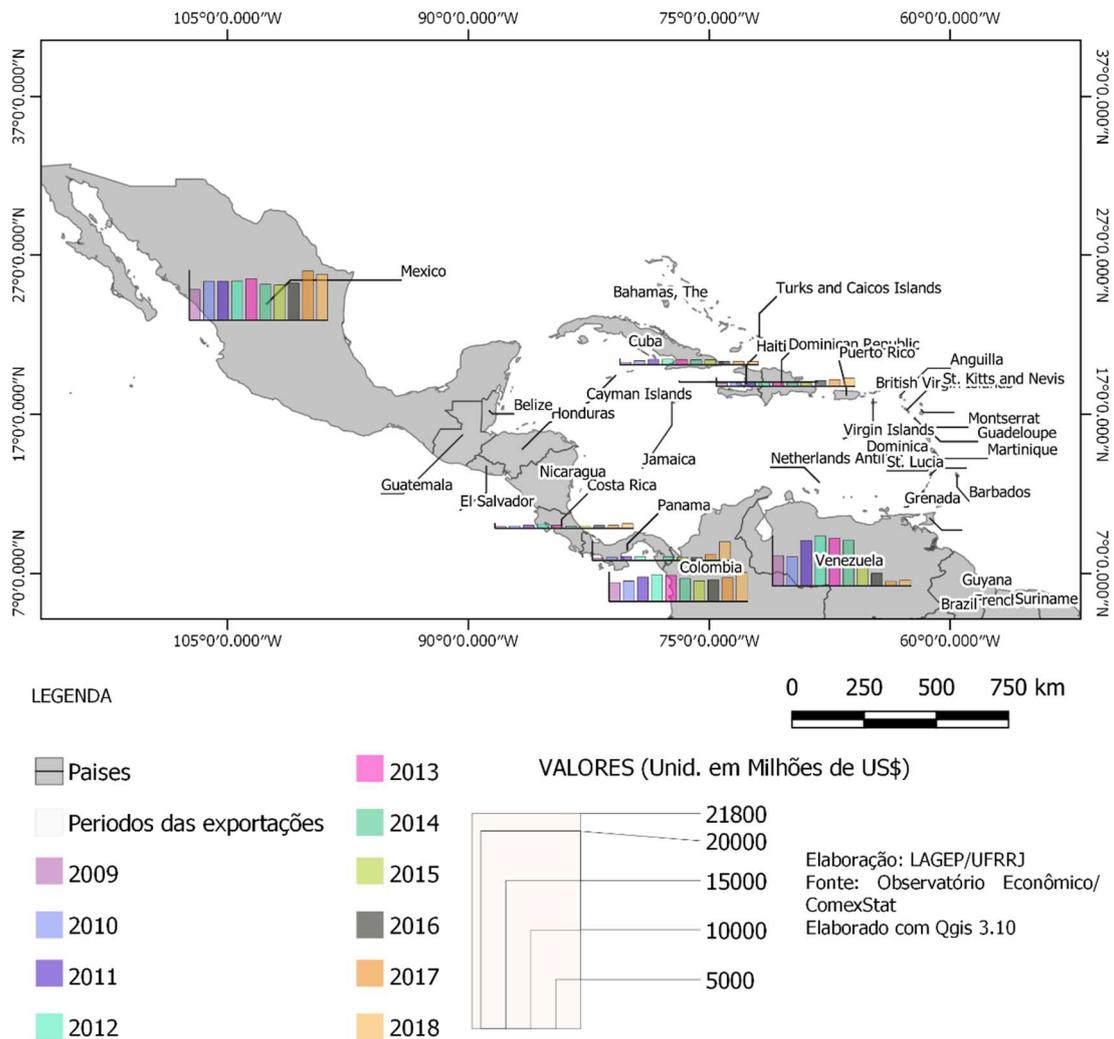


Figura 3. Mapeamento de Série Histórica das Exportações Brasileiras para o México e América Central.

As exportações para a América Latina, após um curto período de baixas, têm um aumento de 35% em 2010, mantendo como principais parceiros comerciais: Argentina, Colômbia, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; apenas para a Argentina, foram destinados 16 bilhões de dólares. Pode-se notar que dentre os países mencionados, três fazem parte do Mercosul, segundo o portal de Estatísticas de Comércio Exterior, no mesmo período o bloco recebeu cerca de 22 bilhões em dólares, 7 bilhões a mais em comparação ao ano anterior.

Em 2011, Dilma Rousseff assume a presidência, os resultados de seu primeiro ano de mandato referem-se a ponta da curva de exportações brasileiras para América Latina, chegando a aproximadamente \$50.000.000.000,00; para o Mercosul e CAN

(Comunidade Andina das Nações) os resultados exuberantes também são identificados: \$27.843.238.892,00 e \$7.280.654.124,00 respectivamente. Apesar de ainda estar colhendo resultados do governo anterior, a presidente segue as mesmas diretrizes de Lula para o Sul Global, dando continuidade à integração sul-americana e a autonomia brasileira no cenário internacional.

Após a espacialização das informações, percebe-se, que o plano interno de governança no Brasil apresenta grande influência nas relações comerciais. Pois o ano de 2014, somatizou a maior parte do decréscimo das exportações Brasileiras, e que se intensificou nos anos posteriores. Como é o exemplo das exportações para Venezuela, que diminui mais abruptamente em 2016, (seja pelas dinâmicas internas daquele país em crise econômica-política, seja pela troca de governo brasileiro). A reeleição de Dilma, em 2015, é seguida de insatisfações no plano doméstico e queda abrupta do comércio para os países latino-americanos. Em relação ao seu primeiro mandato, a queda chega -27%, ou seja, aproximadamente 13 bilhões, neste cenário, a confiança entre os vizinhos do hemisfério Sul é abalada. Sobretudo com o impeachment de Dilma – que ainda pode ter sua legitimidade contestada -, empossa Michel Temer em 31 de agosto de 2016 e o Brasil, novamente, tem em sua política externa um alinhamento neoliberal e americanista, além de reformas para conter gastos públicos.

Ainda que política internacional estivesse conturbada, o período em que Temer esteve à frente da presidência apresenta poucas baixas comerciais no que concerne a América Latina, uma vez que já se percebe essa diminuição desde 2014. No entanto, a agenda para o Mercado Comum do Sul deixa de ser prioridade. O ano de 2017 surpreende a balança comercial quando o superávit – que chega à casa dos 18 bilhões – é o maior para a região, com crescimento de 32%. Em dois anos e meio de governo, as exportações para a América Latina crescem lentamente, simultaneamente, é notável observar que ao separar os grupos apenas os países da CAN e América Central e Caribe têm aumentos consideráveis, enquanto os valores para o Mercosul caem.

Ao fazer uma análise do papel das ilhas caribenhas nas relações internacionais brasileiras, percebe-se um padrão indispensável para este estudo de caso. Já foi dito que o ápice das trocas comerciais entre Brasil e América Latina ocorreu em 2011, todavia, verificando o comércio para a América Central e Caribe, o maior grau de exportações acontece no ano de 2013, também no governo Dilma. Na espacialização presente na figura 3, destacam-se Costa Rica, Panamá, Cuba, República Dominicana. Países como Haiti, El salvador e Guatemala tiveram valores de exportação, porém não foram tão expressivos como os demais. Ganha destaque nesta região da porção norte da América Latina, o México, que cresce em volumes expressivos.

Outro elemento para análises desta projeção é o Investimento Estrangeiro Direto (IED) que, de acordo com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), atua na movimentação de capital estrangeiro específico de empresas brasileiras, expandindo o mercado para o exterior. Esta internacionalização age de forma estratégica na economia ao financiar empresas gerando lucros para, no futuro, adquirir retorno no âmbito nacional e aumentar o fluxo de exportações brasileiras. Abaixo, a Figura 4 mostra o índice de IED do Brasil para a América Latina no ano de 2009.

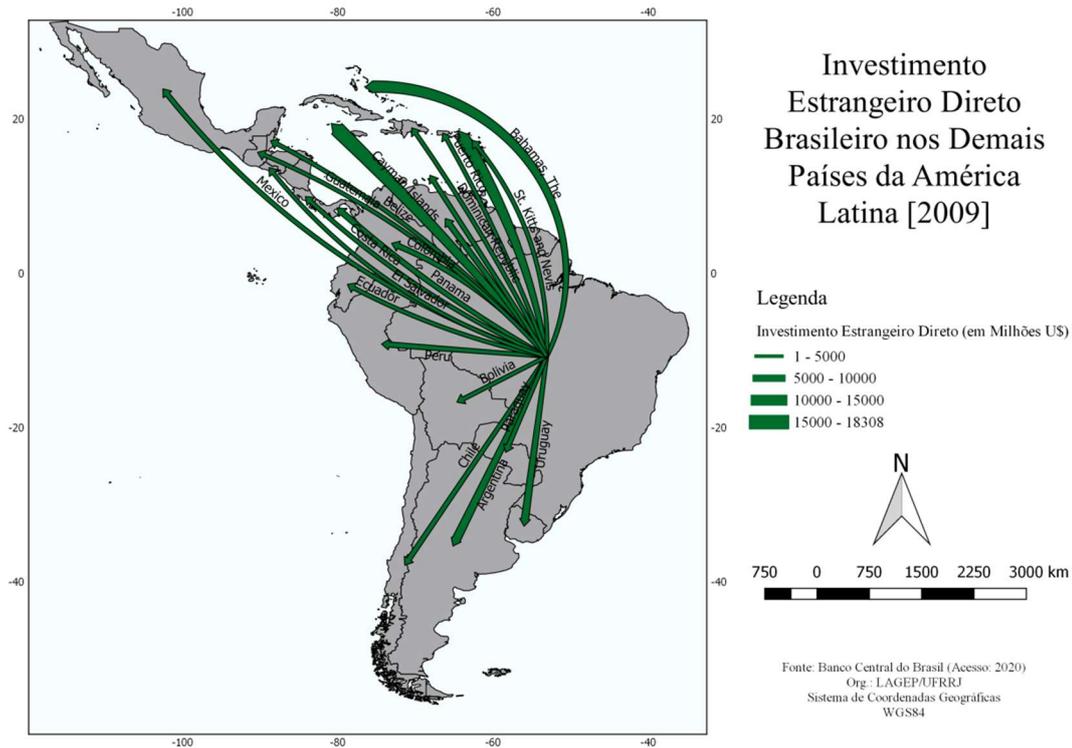


Figura 4. Mapeamento de Fluxos dos IED Brasileiros na América Latina em 2009.

É possível identificar que em contraste com o fluxo econômico brasileiro para a América Latina no qual os membros efetivos e associados ao Mercosul eram os principais parceiros comerciais, o IED concede maiores relações ao Caribe. No ano em questão, os principais destinos de investimento, em escala ordinal, foram: Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas. Os dados do Banco Central do Brasil ainda mostram que a Argentina e o Uruguai também foram grandes receptores de investimento, porém, não se comparam com o capital destinado ao Caribe.

Trazendo o governo Temer para o centro da análise, constata-se a partir da Figura 5 que – em 2018 – há o aumento dos valores em milhões de dólares, mas os investimentos diretos continuam estabelecendo as mesmas rotas.

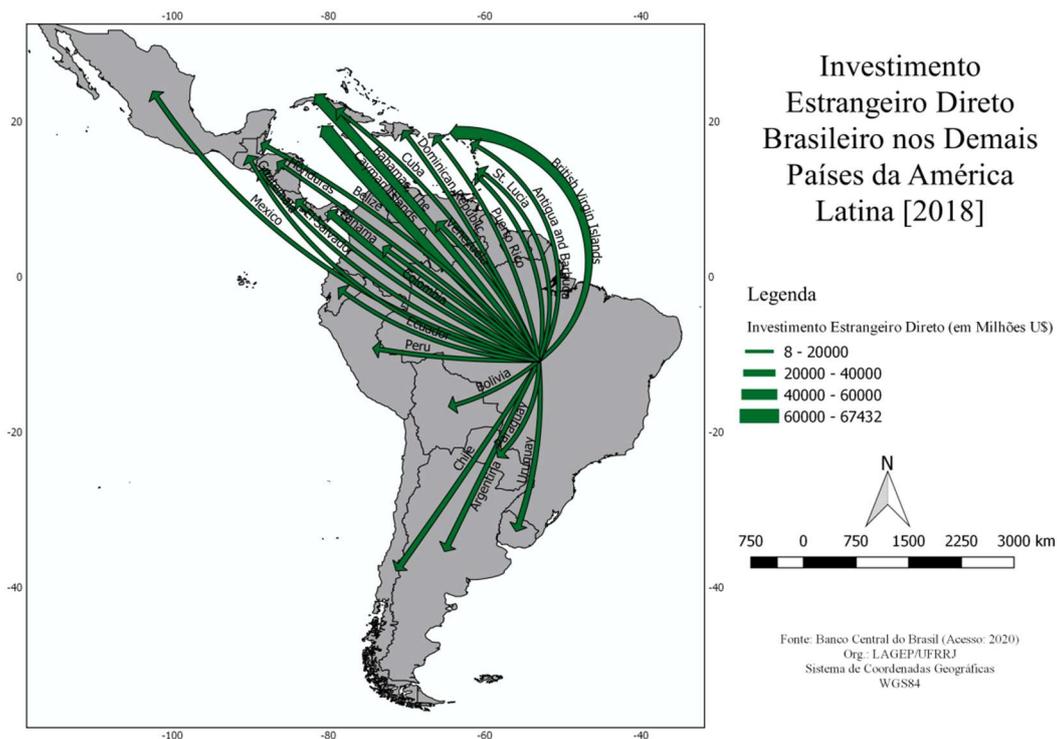


Figura 5. Mapeamento de Fluxos dos IED Brasileiros na América Latina em 2018.

É importante considerar que os fluxos de investimento estrangeiro direto estão associados não a uma estratégia de governo, mas a circularidade do capitalismo global essa movimentação para Ilhas do Caribe está associada a investimento em paraísos fiscais marcando a relação da acumulação por espoliação dita por David Harvey (2009). Ou seja, esse fluxo tem relação a fomento de investimentos para circulação de valor financeiro, não necessariamente produtivo. Muitas vezes esses fluxos estão relacionados a dinâmicas do circuito ilegal, marcando a lavagem de dinheiro e expatriamento de divisas.

Assim, por esse motivo vê-se que as maiores exportações são voltadas para o Cone Sul e América Andina, devido principalmente aos acordos econômicos governamentais que favorecem essas trocas comerciais, enquanto os fluxos de investimento são maiores nas ilhas caribenhas, em razão das facilidades fiscais anteriormente citadas para o setor financeiro.

CONCLUSÕES

A análise espacial de componentes da política externa brasileiras, sob o signo das exportações e dos fluxos e de investimento externo direto permitem identificar mudanças internas na governança do Brasil, mas também, tendências do mercado internacional.

Se de um lado o fluxo econômico das exportações brasileiras é indispensável para pensar as ações dos governos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) exerceram durante nove anos, também permite visualizar sua sucessiva diminuição ao longo dos mandatos de Dilma Rousseff, posterior golpe jurídico-parlamentar que empossa Michel Temer e um novo projeto de poder.

A construção estabelecida para os países latinos evidencia o projeto brasileiro de estabelecer-se autonomamente como potência emergente diante do cenário internacional. A busca por autonomia perpetua a política externa brasileira desde sua independência e a consolidação da América latina como parte do entorno estratégico

O mapeamento do IED, que se concentram com maior ênfase em ilhas da região do Caribe, por sua vez materializa a dinâmica no contexto do capitalismo global, que assume a necessidade de fluidez e a garantia de sua reprodução. Ignorando parcerias institucionais, vai em busca de maior valorização e “invisibilidade”, dada por investimentos em paraísos fiscais para lavagem de dinheiro e dinamização da fluidez de capitais.

Por isso, a avaliar em conjunto esses mapas, percebe-se que representam a face de uma mesma moeda, que de um lado coloca as ações da política externa como valorização da sua região da América Latina como seu entorno estratégico, e que materializa pelo IED as dinâmicas do capitalismo globalizado, tendo o Caribe sua coração reprodutivo diante da volatilidade e dinâmica dos paraísos fiscais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Manual da gestão da Cooperação técnica Sul-Sul. Brasília:ABC, 2013.
- AGNEW, J. et all. A Companion to political Geography. Oxford: Blackwell, 2003.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: Política Externa, Integração, Segurança e Energia. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.
- HARVEY, D. Novo imperialismo.3ªed. São Paulo, Loyola, 2009
- KEOHANE, R.; NYE, J. Power and Interdependence: World Politics in 2015Transition. Boston: Little, Brown and Company, 1977.
- LACOSTE, Y. A geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. São Paulo: papiros, 2009.
- PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- ROCHA, A.S. Cartografia e Geopolítica das relações Sul-Sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África. Confins [on-line], n39, 2019. Disponível em 10.4000/confins17327. Acesso em 2 de maio de 2019.
- ROSIÈRE, S. Tendências contemporâneas da geografia política e dageopolítica. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P.; SILVA, G. V.(orgs.). Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território:integração sulamericana e regiões periféricas. Porto Alegre: EditoraLetra1, 2018.
- SANTOS, M. Por uma outras Globalização. Rio de janeiro: Record, 2007.
- VISENTINI, P. A Projeção Internacional do Brasil, 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia internacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003